



Comentários à Prova de Analista Judiciário – Área Judiciária do TRE/AP

provas em 08.11.2015

Olá pessoal, segue análise das questões de Direito Eleitoral da prova realizada neste último domingo, dia 08.11.2015, do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Foi uma prova tranquila, cujos assuntos foram todos abordados em nossas aulas. Esperamos que o nosso material do Estratégia Concursos tenha sido útil na preparação dos nossos alunos.

Gostaria de deixar, abaixo, nossos contatos:



CURSO REGULAR DE DIREITO ELEITORAL PARA TREs

<https://goo.gl/XBesJv>



NOS ACOMPANHE NO FACEBOOK

<https://goo.gl/nZncbr>



E-MAIL

rst.estrategia@gmail.com



ENTRE EM NOSSO GRUPO DE ESTUDOS

<https://goo.gl/0rxejA>

Bons estudos a todos!

Prof. Ricardo Torques

Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

Na Justiça Eleitoral, no que concerne aos recursos, é correto afirmar que

- (A) o recurso em que se discutir matéria constitucional poderá ser interposto fora de prazo.
- (B) são preclusivos os prazos para interposição de quaisquer recursos.

(C) perdido o prazo para interposição na fase própria, quando se tratar de matéria constitucional, essa arguição poderá ser discutida em recurso cabível em outra fase.

(D) os recursos referentes ao registro de candidaturas para Prefeito Municipal poderão ser interpostos diretamente para o Tribunal Superior Eleitoral.

(E) não cabe recurso para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior Eleitoral dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos Presidentes.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, com base no art. 259, § único. Notem que o § menciona nulidade baseada em motivo de ordem constitucional.

Parágrafo único. *O recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora do prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser interposto.*

A **alternativa B** está incorreta, pois não são preclusivos os prazos se for discutida matéria constitucional. Vejamos o art. 259, do CE.

Art. 259. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. O fundamento da questão é o art. 259, § único, citado acima.

A **alternativa D** está incorreta. O fundamento da questão consta do art. 8º, da Lei de Inelegibilidade. No caso em tela, o recurso é perante o TRE.

Art. 8º **Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais**, o Juiz Eleitoral apresentará a sentença em cartório 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr deste momento o prazo de 3 (três) dias para **a interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral**.

A **alternativa E** está incorreta, tendo em vista que cabe o recurso nos termos do art. 264, do CE.

Art. 264. Para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior caberá, dentro de 3 (três) dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.

Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

É punido com pena de detenção o crime eleitoral de

- (A) votar ou tentar votar mais de uma vez.
- (B) violar ou tentar violar o sigilo do voto.
- (C) votar ou tentar votar em lugar de outrem.
- (D) violar ou tentar violar o sigilo da urna.
- (E) inscrever-se fraudulentamente eleitor.

Comentários

Dentre os crimes citados acima, apenas aquele mencionado na alternativa B é punível com detenção, conforme art. 312, do CE.

Art. 312. Violar ou tentar violar o sigilo do voto:

Pena - detenção até dois anos.

As **alternativas A e C** trazem o crime do art. 309.

Art. 309. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem:

Pena - reclusão até três anos.

A **alternativa D** menciona o crime do art. 317.

Art. 317. Violar ou tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros.

Pena - reclusão de três a cinco anos.

A **alternativa E** traz o crime do art. 289.

Art. 289. Inscrever-se fraudulentamente eleitor:

Pena - Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

O partido Alpha foi incorporado pelo partido Beta. Os votos obtidos pelo partido Alpha na última eleição geral para a Câmara dos Deputados

- (A) implicarão no acréscimo de 50% do tempo do partido Beta no acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- (B) não serão considerados para nenhum efeito legal.
- (C) serão considerados apenas para efeito do funcionamento parlamentar.

(D) serão somados aos do partido Beta para efeito do acesso gratuito ao rádio e à televisão.

(E) permitirão ao partido Beta a utilização do triplo do tempo que teria de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Comentários

A questão cobrou uma regra bastante específica da Lei de Partidos Políticos. A questão requer o conhecimento do que ocorre com o tempo de rádio e televisão no caso de incorporação de um partido por outro.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Vejamos o § 7º, do art.29, da LPP e um esquema.

§ 7º Havendo **fusão ou incorporação**, devem ser **somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados** obtidos na última eleição geral para a **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, para efeito da **distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão**.

Desse modo:



Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

Tulius Junior é apresentador de televisão. O programa por ele apresentado tem o seu nome ("Programa Tulius Júnior"). Tulius Júnior resolveu candidatar-se a Deputado Federal. No dia 1º de setembro do ano da eleição, na programação normal da emissora, foi divulgado o nome do referido programa. Essa divulgação poderá

- (A) implicar no cancelamento do registro da candidatura de Tulius Júnior.
- (B) ser feita normalmente, desde que não haja pedido expresso de votos.
- (C) implicar apenas na imposição de multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 à emissora.
- (D) ser feita normalmente, desde que não haja veiculação de propaganda eleitoral.
- (E) implicar apenas na imposição de multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 ao candidato.

Comentários

A questão requer o conhecimento do art. 45 da LE, mais especificamente do seu inciso VI. O caput do art. 45 foi alterado pela Lei 13.165/2015, por isso citaremos a redação atualizada.

Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, **é VEDADO às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário:**

VI - **divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada. Sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.**

Portanto, a **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes que afastem a inelegibilidade,

- (A) até o início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.
- (B) no momento da escolha dos candidatos pela convenção partidária.
- (C) até o dia 7 de julho do ano da eleição.
- (D) até o dia 15 de julho de ano da eleição.
- (E) no momento da formalização do pedido de registro da candidatura.

Comentários

A regra é que as condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade sejam aferidas no momento da formalização do pedido, à exceção de situações jurídicas supervenientes e do critério da idade mínima, que é condição de inelegibilidade a ser aferida no momento da posse.

§ 10. As **condições de elegibilidade** e as **causas de inelegibilidade** devem ser **aferidas no momento da formalização do pedido** de registro da candidatura, **ressalvadas** as **alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.**

Desse modo, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

Questão – FCC/TRE-AP – Analista Judiciário – Área Judiciária - 2015

Petrus, Augustus e Brutus pretendem candidatar-se a Deputado Estadual. Petrus exerce função de administração em entidade representativa de classe que opera no território do Estado mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público; Augustus é Secretário de Estado e Brutus professor da rede estadual de ensino, ambos na mesma unidade da Federação. Petrus, Augustus e Brutus estão sujeitos ao prazo de desincompatibilização de

- (A) 6 meses, 3 meses e 4 meses, respectivamente.
- (B) 6 meses, 3 meses e 3 meses, respectivamente.
- (C) 4 meses, 6 meses e 3 meses, respectivamente.
- (D) 6 meses.
- (E) 3 meses.

Comentários

Primeiramente precisamos lembrar que as desincompatibilizações para Deputados Estadual observam as regras de Senador, para o qual se aplicam as mesmas regras de Presidente. Por essa razão, citaremos os casos especificados para o concorrer ao cargo de Presidente.

No caso de Petrus, a desincompatibilização está prevista no art. 1º, II, a, da Lei das Inelegibilidades.

Art. 1º São inelegíveis:

II - para Presidente e Vice-Presidente da República:

*g) os que tenham, dentro dos **4 (quatro) meses anteriores ao pleito**, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;*

Para Augustus aplica-se o art. 1º, II, a, item 12.

II - para Presidente e Vice-Presidente da República:

*a) até 6 **(seis) meses depois de afastados** definitivamente de seus cargos e funções:*

12, os Secretários de Estado;

Já no caso de Brutus, o art. 1º, II, I.

Art. 1º São inelegíveis:

II - para Presidente e Vice-Presidente da República:

*l) os que, servidores públicos, estatutários ou não,»dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem **até 3 (três) meses anteriores ao pleito**, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;*

Assim, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.